





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES, D. RELATOR DA PET. N. 12.100/DF NO E. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO, por seus advogados que esta subscrevem, nos autos do processo em epigrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 39 da Lei 8.038/90, irresignado com a decisão monocrática que indeferiu autorização para que o Peticionário pudesse viajar por breve período ao exterior, interpor AGRAVO REGIMENTAL, com pedido de reconsideração, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I. A R. DECISÃO AGRAVADA

Na presente data, Vossa Excelência indeferiu pedido do Peticionário, que buscava autorização para acompanhar presencialmente a posse do presidente Donald J. Trump, com a respectiva devolução provisória do passaporte apreendido.

Rua Funchal, 573 – Cj 33 Vila Olímpia CEP 04551-060 – São Paulo/SP Tel (+55 11) 3044-1139 processos@dbtesser.com.br Av. Nove de Julho 4865, – Cj 41A Jd. Paulistano CEP 01407-200 - São Paulo/SP Tel (+55 11) 3079-2044 pacb@pacb.adv.br Av. Brig. Faria Lima, 3144, 5° andar - Itaim Bibi CEP 01451-000 – São Paulo/SP Tel (+55 11) 3262-0101 www.vilardi.com.br







Insta desde já consignar que, conforme esclarecido nos autos, o Peticionário foi convidado pelo comitê organizador da posse para comparecer aos eventos que marcam essa solenidade. O e-mail recebido pelo filho do Peticionário foi enviado pelo domínio do site oficial da organização do evento¹, tendo a missiva esclarecido que mais informações seriam enviadas quando e se ex-Presidente confirmasse sua presença.

O convite por meio de correspondência eletrônica, ademais, não foge ao padrão atual e veio direcionado, de forma nominal, ao Peticionário. Conforme diversos jornais já noticiaram, a prática atual é o envio de convites por e-mail, no que o comitê atual apenas segue o que já havia sido realizado na posse do presidente Joe Biden.

Mas, ao largo da formalidade que se pode buscar para este tipo convite, o pedido de viagem foi indeterido sob alguns diferentes argumentos que, pesa dizer, não se aplicam ao caso concreto.

A r. decisão de Vossa Excelência, de fato, elenca diferentes falas passadas do Peticionário, usando-as como motivação para indeferir o pedido de viagem:

> Importante destacar, que, após seu indiciamento pela Polícia Federal, o próprio indicado JAIR MESSIAS BOLSONARO, em entrevista ao jornal FOLHA DE SÃO PAULO (28/11/2024), cogitou a possibilidade de evadir-se e solicitar asilo político para evitar eventual responsabilização penal no Brasil:

> O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) admitiu em entrevista ao UOL a possibilidade de pedir refúgio em alguma embaixada no Brasil, caso tenha a prisão decretada após eventual condenação pela trama golpista de 2022.

https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/01/13/questionado-por-moraes-e-mail-com-convite-a-bolsonaro-e-do-site-oficial-da-possede-trump-entenda.ghtml



PAULO AMADOR DA CUNHA BUENO ADVOGADOS



(https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/11/bolsonaroadmite-pedir-refugio-em-embaixada-para-evitar-prisao-portrama-golpisia.shtml).

Ressalte-se, ainda, que, em diversas outras oportunidades, o indiciado JAIR MESSIAS BOLSONARO manifestou-se, publicamente, ser favorável à fuga de condenados em casos conexos à presente investigação e permanência clandestina no exterior, em especial na Argentina, para evitar a aplicação da lei e das decisões judiciais proferidas, de forma definitiva, pelo PLENÁRIO do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, em virtude da condenação por crimes gravíssimos praticados no dia 8 de janeiro de 2023 à penas privativas de liberdade, como, por exemplo, em vídeo publicado na "Rede X", no qual o interlocutor 'Sérgio Tavares' reúne 12 pessoas foragidas da Justiça brasileira em Buenos Aires:

- Nossos irmãos refugiados na Argentina. Obrigado Milei.
- Hoje, 09/outubro, na CCJ da Câmara, o PL da anistia deu mais um passo. Autor: dep Ramagem, PL/RJ Relator: dep Valadares, UB/SE.

7:21PM . 9 de out de 2024 . 325,4 mil visualizações https://x.com/jairbolsonaro/status/1844141112266817679?s=48&t =i04sDLwwZ_SB6xVPws62xg

A conduta do indiciado JAIR MESSIAS BOLSONARO, incentivando a fuga dos réus condenados e o descumprimento da legislação brasileira e das decisões condenatórias com trânsito em julgado proferidas pelo PLENÁRIO do STF, em crimes conexos ao da presente investigação, foi visualizada por mais de 325 (trezentos e vinte e cinco) mil pessoas.

Esse mesmo posicionamento contrário à aplicação da lei penal e das decisões judiciais, também, foi reiterado em pronunciamento do indiciado JAIR MESSIAS BOLSONARO, por meio de vídeo, durante a abertura da Conferência Conservadora de Ação Política (CPAC), ocorrida na Argentina em 4/12/2024, conforme amplamente noticiado na mídia:

'— O que passou no oito de janeiro não foi programado pela direita, mas pela esquerda e teve esse final. Temos pessoas presas no Brasil e muitos estão refugiados na Argentina... Então te agradeço pela recepção.'







https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/12/04/bolsonaro-agradece-milei-por-ter-recebido-foragidos-do-81-e-se-

Esse ato tão generoso, de acolher esses condenados politicamente, esses refugiados que estão aí, nós brasileiros, de bem, não esqueceremos', disse o exchefe do executivo'.

https://www.poder360.com.br/poder-brasil/volsonaroagradece-mileipor-acolher-os-foragidos-do-8-de- janeiro/"

No mais, e depois de também elencar as falas do filho do Peticionário, a r. decisão aponta que "o quadro fático autorizador da concessão e manutenção das medidas cautelares agravou-se" porque, depois de diversas medidas cautelares, o inquérito foi relatado com o indiciamento do ex-Presidente:

"Nesse novo pedido de IAIR NESSIAS BOLSONARO para ausentar-se do país para compromissos particulares, não há qualquer demonstração de alteração do quadro fático que fundamentou a decisão unânime da PRIMEIRA TURMA dessa SUPREMA CORTE pela manutenção das medidas cautelares.

Diversamente do alegado pela defesa, o quadro fático autorizador da concessão e manutenção das mendas cantelares agravou-se, pois, após diversas diligências realizadas pela Polícia Federal, inclusive inúmeras representações à autoridade judicial, devidamente deferidas, com parcer favorável da PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA, a autoridade policial apresentou o RELATÓRIO Nº 4546344/2024 (2023.0050897-CGCINT/DIP/PF PROCESSO JUDICIAL nº PET 12.100/DF INQ Nº 4.874/DF), concluindo pelo indiciamento de 37 (trinta e sete) pessoas inclusive JAIR MESSIAS BOLSONARO, como incursas nas penas do artigo 2º, II, da Lei 12.850/13 e artigos 359-L e 359-M, ambos do Código Penal."

Com a máxima vênia, a r. decisão deve ser revista, porque parte de seus pressupostos ou não se coadunam com a realidade, ou não servem como fundamento para impedir a viagem pontual do Peticionário. Vejamos.







II. OS FUNDAMENTOS UTILIZADOS E A NECESSIDADE DE REVER A R. DECISÃO

E. Ministro: as diferentes medidas cautelares hoje vigentes foram impostas ao Peticionário há quase um ano, ainda em janeiro de 2024. O tempo mostra-se excessivo, em especial quando tratamos de medidas graves e, principalmente, porque sequer há uma acusação posta.

Seja como for, os autos não trazem qualquer notícia de seu descumprimento. Muito pelo contrário.

A verdade é que, de um lado, a notícia citada na r. decisão não coincide com o que de fato foi dito na entrevista.

De início, cabe ressalta: <u>que a entrevista não foi concedida</u> à Folha de S. Paulo, mas ao "site" UOL. <u>A matéria citada na r. decisão repercute a entrevista, mas o signatário não teve contato com o Peticionário</u>.

De outro lado, a matéria **revela opiniões pessoais do jornalista**, bastando citar uma única frase: "O lado golpista de Bolsonaro é conhecido de longa data". O título também é uma consideração pessoal do jornalista: "Bolsonaro admite pedir refúgio em embaixada para evitar prisão por trama golpista".

No entanto, na entrevista concedida às jornalistas Raquel Landim e Leticia Casado, do UOL, <u>a fala do ex-Presidente é bem diversa e está transcrita na matéria original</u>. Na verdade, é no sentido diametralmente oposto daquele que a manchete do jornal pretende indicar:







E o senhor cogita se exilar numa embaixada?

Embaixada, pelo que eu vejo a história do mundo, né, quem se vê perseguido pode ir para lá. Se eu devesse alguma coisa, estaria nos Estados Unidos, não teria voltado.

https://noticias.uol.com.br/colunas/raquellandim/2024/11/28/bolsonaro-golpe-entrevista.htm

Eis a fala exata: "Se eu devesse algama coisa, estaria nos Estados Unidos, <u>não</u> teria voltado".

É fato que o ex-Presidente voltou. E assim o fez porque ainda acredita na legalidade e imparcialidade de eventual ação penal, na qual tem certeza de que poderá demonstrar que "não deve coisa alguma".

Na fala exata do Peticionário – <u>que não se confunde com a manchete</u> <u>aposta pelos jornalistas</u> – o ex-Presidente Bolsonaro narra que já não fugiu, tanto que voltou dos EUA.

Corroborando ser essa a realidade, não é justo olvidar que mesmo quando não havia cautelares, <u>o Peticionário demonstrou respeito</u> não só a essa C. Suprema Corte, mas também à lei penal e ao presente inquérito.

Nesse sentido, o Peticionário já compareceu à posse do Presidente Argentino, tendo sido também convidado na qualidade de ex-Presidente. E, naquela oportunidade, informou a esse E. Supremo Tribunal Federal que empreenderia







viagem pontual, entre os dias 07 e 11 de dezembro de 2023² – quando já era alvo da investigação e pouco tempo antes de ter cautelares lhe sendo impostas.

Como se sabe, mais uma vez retornou ao Brasil.

Impostas as medidas cautelares, o passaporte do ex-Presidente foi apreendido sem qualquer dificuldade ou empecilho. E não custa observar que, naquela oportunidade, o documento nem sequer estava com o Peticionário, posto que permanecia usualmente guardado na sede do PL, em Brasília³ (postura oposta daquele que cogita ou pretende impedir a aplicação da lei penal).

Desde então, as cautelares impostas ao Peticionário têm sido integralmente cumpridas e respeitadas. E, portanto, nada indica que a pontual devolução do passaporte, por período delimitado e justificado, possa colocar em risco essa realidade. Sendo certo que, em seu retorno, o passaporte será prontamente devolvido a esse E Supremo Tribunal Federal.

Bem porque, é certo que autorizações de viagens para aqueles que se encontram com a liberdade limitada em razão de cautelares não é nenhuma novidade.

Pelo contrário, esse E. Supremo Tribunal Federal já autorizou viagens mesmo quando em vigor medida cautelar de apreensão de passaporte. Nesse sentido:

"Tem-se, portanto, que a imposição de qualquer medida cautelar pessoal reclama a indicação dos pressupostos fáticos que autorizem a conclusão de que o imputado poderá se furtar à lei penal, o que, neste juízo de estrita delibação, não ocorreu na espécie.

² https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-informa-stf-que-vai-viajar-para-argentina-para-posse-de-milei/#goog_rewarded

³ https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/02/09/por-que-aprenderam-passaportes-de-bolsonaro-e-aliados.htm







Consoante a nossa jurisprudência a mera presunção de fuga não justifica a restrição da liberdade do paciente (v.g. HC nº 127.754/MG, Segunda Turma, Relator o Ministro Teori Zavacki, DJe de 13/10/15). Assim, até eventual reexame por parte do eminente Relator, defiro a liminar para revogar a medida cautelar imposta, tão somente, para permitir ao paciente se ausentar temporariamente do país, no período compreendido entre o dia 27/7/19 e 16/8/19.

Deverá o paciente cientificar o Juízo de origem do endereço onde permanecerá no período indicado, bem como comparecer de imediato àquele juízo quando do seu retorno para certificação."

Também em caso no qual, inclusive, já havia denúncia oferecida, o d. Min. Edson Fachin também deferiu viagem, não obstante a imposição de cautelares:

"Com efeito, não encontro razões para a manutenção da negativa da autorização. Há farta documentação de que o pacient: estará em atividade oficial inerente ao cargo de Governador que exerce. Não há indícios que relevem riscos de que o objetivo da medida cautelar imposta venha percer

Ademais, em ocasião pretérita a Relatora dos citados procedimentos investigatório deferiu e a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça chancelou, autorização para que o paciente realizas e viagem aos Estados Unidos da América entre os dias 16 e 27/9/2023, sendo que nenhum fato posterior e relevante pudesse alterar o cenário para a concessão de autorização para finalidade similar.

Forte nessas azões, concedo a ordem para autorizar GLADSON DE LIMA CAMELI, a viajar para a Shenzhen e Hong Kong, China, durante o período de 8 a 15 de janeiro de 2024, para participar do evento Brasil-China Meeting, e, por consequência, determino o levantamento, temporariamente, da restrição de saída do paciente do país.

Imediatamente após o retorno da viagem, seja o passaporte do paciente devolvido, em observância às obrigações fixadas na PET nº 15822/DF, em curso do Superior Tribunal de Justiça."⁵

⁴ STF, MC no HC 173.195/SP, decisão monocrática Min. Dias Toffoli, j. em 5.7.2019.

⁵ STF, HC 236.039/DF, Rel. Min. Edson Fachin, j. em 8.1.2024.







Curiosamente, naquela oportunidade, a Procuradoria-Geral da República emitiu parecer frontalmente diverso daquele exarado nestes autos. Colhese da manifestação, que aqui também como uma luva:

"Nesse contexto, restringir a realização da viagem, por considerá-la da exclusiva conveniência do paciente, é ignorar, por um lado, a representatividade única que se supõe inerente ao cargo por ele ocupado, de outro, que qualquer limitação que se lhe imponha sem a devida justificativa cautelar, implica antecipação de penalidade."

No caso concreto, não parece razoável entender o comparecimento à posse do presidente americano como uma atividade estranha à condição do Peticionário de ex-Presidente e político atuante. Além disso, no presente caso, a Procuradoria-Geral assumiu em seu parecer que não há um motivo concreto apto a impedir a viagem, o que deveria fazer com que o parecer adotasse o precedente acima citado.

A negativa, vê-se, está concentrada em meras conjecturas que não se mostram condizentes com atos concretos já praticados pelo Recorrente, sendo certa, de acordo com a jurisprudência dessa C. Suprema Corte, a ilegalidade da decisão restritiva de liberdade "que se apoiou, tão-somente, no conteúdo de entrevista televisiva", tratando-se de "Fundamento que não tem a força de corresponder à finalidade do artigo 312 do CPP".

Esclarecida e demonstrada a distância entre a manchete da matéria jornalística utilizada como fundamento e a realidade, resta analisar as demais manifestações passadas.

_

⁶ STF, HC 95116, 1^aTurma, Rel. Min. Carlos Britto, j. em 3.2.2009.







A r. decisão também traz postagem feita na rede social "X" que não traz nenhuma fala do Peticionário, mas vídeo gravado por outras pessoas e que foi compartilhado pelo Peticionário dentro de um evidente contexto de defesa da lei de anistia – o que, diga-se, está dentro do exercício legal de sua liberdade de expressão.

Defender um projeto de lei que está sendo efecivamente debatido no Congresso não se confunde, nem de longe, com um suposto "posicionamento contrário à aplicação da lei penal e das decisões judiciais"!!

Do mesmo modo, deixar de criticar a fuga de processados é algo inerente à liberdade de expressão. Como ressaltou o Ministro Marco Aurélio "A fuga é um direito natural dos que se sentem, por isso ou por aquelo alvo de um ato discrepante da ordem pública, pouco importando a improcedência dessa visão".

Não parece possível supor que tal manifestação possa ser compreendida como um incentivo ao desrespeito ao cumprimento da Lei Penal. É uma mera manifestação de opiniao que, inclusive, encontra respaldo na jurisprudência dessa C. Suprema Corte.

E menos ainda que possa ser interpretado como um indicativo de que o Peticionário pretende fugir, na medida em que já demonstrou, concreta e objetivamente, sua intenção de permanecer no Brasil, quando retornou da Argentina e dos Estados Unidos.

Assim como eventuais manifestações públicas de seu filho não podem ser imputadas ou utilizadas em prejuízo do Peticionário. Especialmente

_

⁷ STF, RHC 84851/BA, 1ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 01/03/05, publ. 20/05/05







porque se trata de manifestações de Eduardo Bolsonaro, hoje deputado federal, sobre temas políticos que, insista-se, estão em debate no Congresso Nacional.

São meras opiniões, protegidas pela liberdade de expressão.

Mas, ao mesmo tempo e de toda forma, as opiniões do ex-Presidente a respeito de ações de terceiros não vinculam ou determinam as ações do Peticionário e seu reiterado compromisso com a Justiça brasileira e essa C. Suprema Corte.

Sobre a situação atual do processo, mesmo que se entenda ainda presentes, após quase um ano, "os requisitos de 'necessidade e adequação' para manutenção das medidas cautelares impostas", é também cerco que tais medidas são provisórias.

Antes ou depois de relatado o inquérito, o Peticionário permanece como mero investigado, ainda que indiciado e, conforme já expressado por ele, no aguardo da oportunidade de demonstrar sua inocência.

Não há, portanto, que se falar em agravamento da situação fática. E o relatório final apresentado pela Polícia Federal não tem o condão de mudar sua situação no processo ou de abalar sua convicção de que poderá demonstrar os muitos erros e ilações infundadas que ali constam.

Por fim, insta também consignar que o pedido de viagem – independente de sua finalidade – é pontual, não se tratando de renovação do pedido de revogação das medidas cautelares.

No pedido inicialmente feito, tendo por objeto específico a viagem para a posse do presidente Donald J. Trump, o Peticionário já fazia questão de







consignar seu compromisso "em seguir rigorosamente todas as restrições já impostas, bem como eventuais condições que Vossa Excelência entender cabíveis para a concretização de viagem aos EUA, como por exemplo a comunicação detalhada de sua agenda e o envio dos comprovantes de ida e retorno ao território nacional em prazo previamente fixado".

III. CONCLUSÃO E PEDIDO:

Diante do exposto, demonstrada a inexistência de qualquer manifestação ou mesmo indício de que o Peticionário pretende furtar-se à aplicação da lei penal – o que, diuturnamente, tem afastado inclusive com suas ações e condutas – requer-se, em caráter de urgência, a reconsideração da r. decisão agravada, a fim de autorizar que o Peticionário empreenda viagem ao exterior pelo período informado e com o único fim de comparecer à posse do presidente Donald J. Trump, agendada para o próximo dia 20 de janeiro, para a qual foi formalmente convidado, a fim de que não haja perecimento do direito. Caso assim não entenda Vossa Excelência, requer-se o julgamento do presente agravo pelo colegiado competente, observada a urgência que o caso requer.

Termos em que,

Pede deferimento.

De São Paulo para Brasília, em 16 de janeiro de 2025.

Daniel Bettamio Tesser | Paulo A. da Cunha Bueno | Celso Sanchez Vilardi

OAB/SP 208.351

OAB/SP 141.616

OAB/SP 120.797